
**REFLEXÕES SOBRE DIREITOS HUMANOS E GEOGRAFIA CULTURAL: O CASO DA
MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA**

**REFLECTIONS ON HUMAN RIGHTS AND CULTURAL GEOGRAPHY: THE CASE OF
FEMALE GENITAL MUTILATION**

**REFLEXIONES SOBRE DERECHOS HUMANOS Y GEOGRAFIA CULTURAL: EL
CASO DE MUTILACION GENITAL FEMENINA**

Noelma Dutra da Silva¹ <https://orcid.org/0000-0001-8131-1932>

¹ Licenciada e Mestranda em Geografia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: noelmadutra@gmail.com

RESUMO

Desde que foi criada em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos tem garantido muitos direitos essenciais para a humanidade, mesmo que o documento entre em conflito com ele mesmo. O objetivo do presente trabalho é fazer uma reflexão no diálogo que existe entre os Direitos Humanos e a Geografia cultural e para essa reflexão é enfatizado o caso específico da mutilação genital feminina. Trazendo um enfoque da questão da Mutilação Genital Feminina, uma prática muito antiga, ainda praticada na atualidade, principalmente no continente africano, há relatos também em países do continente europeu, latino-americanos, entre outros. Será abordado algumas reflexões sobre direitos humanos e geografia cultural, trazendo o caso específico da mutilação genital feminina. Quanto a metodologia se trata de uma pesquisa qualitativa, com objetivos exploratórios, com procedimentos bibliográficos baseados em leituras de artigos e livros e etnográficos, por se tratar do caso específico de um grupo. O texto traz como principais referenciais teóricos, Harvey (2004), Palhares e Squinca (2013) e Gomes et al (2018).

Palavras-chave: Direitos Humanos. Geografia Cultural. Mutilação Genital Feminina.

ABSTRACT

Since it was created in 1948, the Universal Declaration of Human Rights has guaranteed many essential rights for humanity, even if the document conflicts with itself. The objective of this work is to reflect on the dialogue that exists between Human Rights and cultural Geography and for that reflection the specific case of female genital mutilation is emphasized. Is brought the approach Female Genital Mutilation, a very old practice, still practiced today, mainly in the African continent, there are reports also in countries in the European continent, Latin America, among others. Some reflections on human rights and cultural geography will be addressed, bringing the specific case of female genital mutilation. As for the methodology, it is a qualitative research, with exploratory objectives, with bibliographic procedures based on readings of articles and books and ethnographic, as it is the specific



case of a group. The text brings as main theoretical references, Harvey (2004), Palhares and Squinca (2013) and Gomes et al (2018).

Keywords: Human Rights. Cultural Geography. Female Genital Mutilation.

RESUMEN

Desde su creación en 1948, La Declaración Universal de Derechos Humanos tiene garantizado muchos derechos esencial para la humanidad, incluso si entra en conflicto consigo mismo. El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre el diálogo que existe entre Derechos Humanos y Geografía cultural y para esta reflexión se enfatiza el caso específico de la mutilación genital femenina. É s traído un enfoque en el tema de la Mutilación Genital Femenina, una práctica muy antigua, que aún se practica en la actualidad, principalmente en el continente africano, también hay reportes en países del continente europeo, América Latina, entre otros. Se abordarán algunas reflexiones sobre derechos humanos y geografía cultural, trayendo el caso específico de la mutilación genital femenina. En cuanto a la metodología, se trata de una investigación cualitativa, con objetivos exploratorios, con procedimientos bibliográficos basados en lecturas de artículos y libros y etnográficos, como es el caso específico de un grupo. El texto trae como principales referencias teóricas a Harvey (2004), Palhares y Squinca (2013) y Gomes et al (2018).

Palabras clave: Derechos Humanos. Geografía Cultural. Mutilación Genital Femenina

INTRODUÇÃO

O antropólogo está tão familiarizado com a diversidade das formas de comportamento que diferentes povos apresentam em situações semelhantes, que é incapaz de surpreender-se mesmo em face dos costumes mais exóticos. De fato, se nem todas as combinações logicamente possíveis de comportamento foram ainda descobertas, o antropólogo bem pode conjecturar que elas devam existir em alguma tribo ainda não descrita. (MINER, 1976, p. 1)

Nos últimos anos com a globalização estando cada vez mais presente em cada parte do planeta e o meio-técnico-científico-informacional avançando, temos ainda mais acesso a outras culturas, o que antes só era possível para os viajantes, antropólogos etc. Antes o mundo era conhecido através dos livros, para quem tinha acesso a eles e pelas histórias de quem viajava. Hoje temos acesso a muitos meios de comunicação, como programas de televisão nacionais e internacionais, filmes e claro, a internet com todas as suas redes sociais. Sendo assim, estamos cada vez mais conhecendo e tendo acesso a outras culturas, direta e indiretamente. Conforme a citação de Horace Miner que abre esse trabalho, há os especialistas como o antropólogo que está acostumado com todas as diferenças que existe nesse mundo e praticamente nada pode surpreendê-lo. E ainda existe muita coisa para ser descoberta. Se

olharmos nossa própria cultura vista com um olhar de fora, acharemos estranho e diferente, o modo de como os outros nos enxergam, como no texto “Ritos corporais dos naricemas” Miner (1976). Logo ao olharmos para outra cultura também haverá estranheza, porém precisamos saber que nem tudo que se diz ser cultura, realmente é.

O objetivo desse trabalho é fazer uma reflexão no diálogo que existe entre os Direitos Humanos e a Geografia cultural e para essa reflexão é enfatizado o caso específico da mutilação genital feminina. Uma vez que existem grupos voltados para os direitos humanos totalmente a favor de interferir nessas culturas e logo, interferir nessas práticas. Quanto a metodologia se trata de uma pesquisa qualitativa, com objetivos exploratórios, com procedimentos bibliográficos baseados em leituras de artigos, livros e outras fontes de informações. Destaca-se como principais referenciais teóricos, Harvey (2004), Palhares e Squinca (2013) e Gomes et al (2018). O artigo se encontra dividido em duas partes: a primeira na qual são tratados os direitos humanos e Mutilação Genital Feminina e a segunda na qual é enfatizada a relação entre a Geografia cultural e a Mutilação Genital Feminina.

A mutilação genital feminina (MGF), que será vista neste trabalho, como podemos ver em Palhares e Squinca (2013), incide num conjunto de práticas feitas por alguns grupos culturais, apresentando diferenciadas técnicas, estando sempre envolto de práticas bem antigas (datando de mais de seis mil anos) e também oriundas de religiosidades variadas. A prática é realizada em povos distintos e em diversos países. E perpetua até hoje, como salientam Palhares e Squinca (2013, p. 433): “Atualmente, a prática persiste de modo sistemático em tribos rurais caracterizadas pelos bolsões de pobreza, analfabetismo e baixo status social da mulher”. E sendo uma prática milenar, não se sabe os motivos de início desse rito.

No dia dez de dezembro de 1948 “A Declaração Universal dos Direitos Humanos” nasceu, logo após a Segunda Guerra Mundial e demorou dois anos para ficar pronta. De forma geral o documento apresenta os direitos e liberdades básicas que todo ser humano deveria ter. Contendo trinta artigos, é um dos documentos mais traduzidos mundialmente, inspirando constituições e leis de vários países. Seu artigo 3 é o mais conhecido e popular: “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” Somente nessas poucas palavras já pode-se perceber que a sociedade precisa evoluir no que se refere a fazer valer na prática esses direitos.

Percebe-se, desse modo que ao se falar de Mutilação Genital Feminina, vemos muitos elementos da geografia envolvida nesse tema, com os conceitos de lugar, com práticas culturais que marcam identidades locais; espaço, como as culturas mudam de acordo com

cada espaço geográfico; como migração, cada vez mais comum no mundo globalizado; território, como certas práticas culturais marcam os territórios; etc. E também muitos elementos da geografia cultural, pois aborda as questões de linguagem, religião, governo, tradição, símbolos, significados. Ademais, além de abordar a cultura, trata também da espacialidade. Cada parte desse mundo tem sua própria história e geografia, algumas ainda ocultas e muitas sendo nos reveladas, principalmente com o avanço da globalização. E a geografia cultural tem também essa tarefa de apreender e compreender as dimensões da diversidade humana no espaço. Na geografia cultural esses lugares são a pausa do espaço segundo Tuan (2013).

Direitos Humanos e Mutilação Genital Feminina

O corpo humano é um campo de batalha no interior e em torno do qual se acham em perpétua interação forças socioecológicas conflitantes de avaliação e representação. (HARVEY, 2004, p. 159)

Segundo uma reportagem na ONU News, de fevereiro do ano passado, a Mutilação Genital Feminina (MGF), é considerada uma violação aos direitos humanos. Que persiste nos dias de hoje sendo praticada em mais ou menos trinta países no mundo todo. O continente africano é onde se concentra grande parte de tribos e comunidades rurais praticantes dessa ação. Porém, existe relatos também em países do continente europeu, latino-americanos, entre outros. A situação é tão grave que se marcou 6 de fevereiro como o “Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina”, com a intenção de chamar a atenção sobre os problemas da prática e buscar apoio para seu fim. Conforme a fala de Harvey (2004), que abre esse diálogo “o corpo humano é um campo de batalha”, e nele se encontra as marcas das culturas, que estamos inseridos, como essas mulheres que são mutiladas.

Para se ter uma noção básica de como é efetuado a MGF (pois não haverá aprofundamento nessa questão), ela acontece principalmente de quatro maneiras: a clitoridectomia (retirada total ou parcial do clitóris e/ou prepúcio); a excisão (retirada total ou parcial do clitóris e pequenos lábios); a infibulação (estreitamento do orifício vaginal) nesse caso as mulheres podem ter os orifícios vaginais cortados na noite de núpcias e/ ou antes do parto; e por último qualquer outro método danoso para a genitália feminina por motivos não médicos, como perfuração, incisão, raspagem ou cauterização. Como apontou Harvey (2004, p. 137) “Distinções de classe, de raça, de gênero e de uma multiplicidade de outros aspectos se acham inscritas no corpo humano em virtude dos diferentes processos socioecológicos que exercem sua ação sobre esse corpo”. E nesse caso de MGF é exatamente isso que acontece.

Ademais é evidente na prática da MGF a questão de desigualdade de gênero. Ainda segundo a reportagem da ONU News, por vezes a prática é efetuada para controlar a sexualidade feminina. Há casos que é uma condição para o casamento e ainda pode estar ligada ao casamento infantil. Vale ressaltar que também existe muitos mitos envolvendo a condição de se fazer a MGF. Conforme vemos em Gomes et al (2018), são exemplo: a ideia de que um clitóris que não é cortado pode crescer ficando do tamanho de um pênis; que a MGF aumenta a fertilidade, uns consideram a parte de fora da genitália feminina como suja e feia. E as justificativas mudam de uma localidade para outra, entre elas estão: pressão social, preparo para o casamento, manter a virgindade e fidelidade, aumento do prazer sexual masculino e diminuição do prazer feminino, tradição cultural e religiosa (lembrando que não se trata de uma religião específica) ainda segundo Gomes et al (2018, p. 421). Por fim, todas essas justificativas e outras para a MGF vão contra os direitos humanos das mulheres e crianças as privando de oportunidade para fazerem suas próprias escolhas (sendo que existe também as mulheres que concordam com a prática). Vendo o lado das mulheres que são a favor de fazer a MGF, elas estão asseguradas pelos direitos humanos nas seguintes partes do documento e outras mais que não foram colocadas abaixo:

ARTIGO XXVII- 1. Que diz: Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.

ARTIGO 8- 1. Os povos e pessoas indígenas têm direito a não sofrer assimilação forçada ou a destruição de sua cultura.

ARTIGO 11 -1. Os povos indígenas têm o direito de praticar e revitalizar suas tradições e costumes culturais. Isso inclui o direito de manter, proteger e desenvolver as manifestações passadas, presentes e futuras de suas culturas, tais como sítios arqueológicos e históricos, utensílios, desenhos, cerimônias, tecnologias, artes visuais e interpretativas e literaturas.

Continuando com Gomes, et al, (2018, p. 421) afirma que essa prática atinge mulheres de todas as idades, desde a infância até a vida adulta. E pode causar sérios problemas de saúde, até porque a mutilação é feita nas comunidades (principalmente rurais ou indígenas), sem nenhuma assistência médica. Usando instrumentos rudimentares e até não adequados, sem condições de assepsia, sem anestesia, feita pelos anciões do lugar. Entre as complicações, continuando com Gomes, et al (2018) nos traz que a MGF pode causar: hemorragias, edema do tecido genital, infecções podendo evoluir para sepse, complicações urinárias, problemas de cicatrização e entre outras inúmeras consequências, podendo também levar a morte. Sendo essa morte imediata ou não, podendo ocorrer anos depois na noite de núpcias ou até durante o parto. Além do mais, ainda existe todos os problemas sexuais envolvidos, como a perda de

prazer da mulher no ato sexual. E as consequências psicológicas, como a depressão que também leva a morte. Indo contra a MGF na Declaração Universal dos Direitos humanos, temos o seguinte artigo que são as mais conhecidas popularmente e vão contra a pratica da MGF em vários sentidos:

ARTIGO 25 – 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar (...)
2. A maternidade e a infância têm direito e cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora de matrimônios, gozarão da mesma proteção social.

Cumpre evidenciar que para conter a situação temos alguns órgãos trabalhando como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) que atuam juntas desde 1997, e elaboraram uma declaração em conjunto sobre a MGF. Dentre as soluções já postas, foram criadas leis contra a MGF em 26 países Africanos e do Médio Oriente, bem como em 33 diferentes países com populações migrantes de lugares onde a MGF era praticada, segundo Gomes et al, (2008, p. 421). Dentre os países que combatem a prática, temos Portugal, que criou em 2009 o primeiro “Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina”, estando ainda em vigor.

Uma pessoa importante nessa luta e que viveu a MGF e ficou internacionalmente conhecida por causa do filme biográfico “Flor do Deserto” da direção de Sherry Hormann, do ano de 2009 é a ex-modelo e atual ativista Waris Dirie. Nascida numa tribo nômade no interior da Somália, passou ainda em sua infância pela cerimonia de MGF, o que acontecia com todas as meninas de sua cultura. Aos treze anos foi imposta ao casamento infantil com um homem de sessenta anos de idade. Nessa ocasião foge indo parar em Londres, sua trajetória é contada no livro “Flor do Deserto” (DIRIE; MILLER, 2001), que mais tarde virou o filme com o mesmo nome. Em sua trajetória de vida foi trabalhar numa rede de *fast food* onde sua beleza foi descoberta por um fotógrafo e ela se tornou uma reconhecida modelo, trabalhando para marcas famosas. Porém a parte mais relevante de sua história é que ela aproveitou a fama mundial para falar da MGF, com isso acabou se tornando embaixadora da ONU. Fundando no ano de 2002 a ONG Flor do Deserto, na qual ela dá assistências financeiras, médica, de estudos e de alimentação às famílias, para que essas não façam a MGF nas meninas e nem as forcem ao casamento infantil. Essas meninas são acompanhadas pelos médicos até atingirem a maioridade, para assegurar que não sejam submetidas à prática. Ainda nos dias atuais Waris Dirie continua sua luta para o fim da MGF no continente

africano. Comandando o *Desert Flower Center*, o primeiro centro médico para atender as mulheres que foram vítimas da MGF.

“A mãe espera que sua filha seja pura e limpa, uma virgem, e é por isso que a minha, com cinco anos, me levou a ablação. Por amor de mim. E eu, é claro, queria ser pura e limpa”! Na Somália, a ablação mais severa é praticada: clitóris e lábios menores são removidos” (Fala de Dirie em seu livro “Flor do deserto”). Como visto no discurso de Dirie, as mulheres que vivem nesses locais, acreditam naquilo que lhes é imposto em forma de cultura, educação e tradição. Para elas se torna uma verdade que somente pela MGF, vão ser puras e limpas. Por causa disso, a quase totalidade concorda com a prática. Porém, todos nós seres humanos somos alienados e moldados pela cultura a qual pertencemos, muitos seguem as religiões dos pais, seguem as profissões já tradicionais da família, etc. Em grupos ainda mais fechados como acontecem nessas culturas que fazem a MGF, muitas dessas mulheres não têm sequer contato com outras culturas e outros modos de vida. Afinal, todos nós somos um conjunto de influências daquilo que nos cerca.

Segundo Harvey (2004, p. 121):

Podemos alternativamente assumir uma postura amplamente pós-moderna e atacar essas concepções como meros filhos postiços de padrões errôneos do pensamento iluminista, incapazes de adaptar-se a um mundo de incomunicabilidade e de diferenças culturais irreconciliáveis.

Posto todas essas questões, percebe-se que o próprio documento dos direitos humanos apresenta uma certa quantidade de contradições. Não o criticando por completo, dada a importância que esse documento possui. Para o mundo globalizado, vale ressaltar que todas as lutas, para conquista dos direitos humanos, é uma luta de todos nós como pessoas. É fato que quando existe um interesse econômico e político, pelo território, situações parecidas com essa se tornam conhecidas, visíveis, discursadas. Mas no caso da MGF na qual, a maioria acontece em áreas pobres do planeta, por esse ainda é ainda pouco discutida. Para Harvey (2004, p. 128):

Esses direitos não vão ser espontaneamente concedidos ou reconhecidos justamente porque podem levar a mudanças revolucionárias nas ordens sociais e nas economias políticas. Elas só vão ser conquistadas por meio de lutas. Isso vai envolver discussões intensas e por vezes irreconciliáveis, particularmente quando os direitos entram em contradição uns com os outros ou, o que é mais relevante, estabelecem precedentes antagônicos ao funcionalismo do capitalismo de mercado.

GEOGRAFIA CULTURAL E MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA

Considerando agora as condições históricas, culturais e geográficas com os direitos humanos, primeiro sabemos que o processo de globalização, coloca em risco políticas, economias e também culturas com seus modos de vida. Mas, no caso da MGF, vemos que o contrário também acontece, algumas práticas culturais mesmo indo contra os direitos humanos continuam se espalhando pelo mundo, graças em parte a globalização. Gomes et al, (2018, p. 420) nos dá a seguinte informação:

Apesar de todos os esforços continuam a reportar-se casos em cerca de trinta países, principalmente no Oeste, Leste e Nordeste de África e em alguns países da Ásia, Médio Oriente, América Central e do Sul. Tendo em conta o aumento dos fluxos migratórios, esta é uma problemática também presente na América do Norte e Europa.

Sendo assim, é preciso encontrarmos formas para solucionar o problema existente. Nenhuma cultura é imutável, vivemos em mutação a todo momento, influenciados e somos influenciados por outros modos de vida. As coisas que fazem sentido para uma geração, muitas vezes não fazem nenhum sentido para outra, ou até mesmo mudam de sentido. Parafrazeando Harvey (2004, p. 286), precisamos antes de tudo vermos as consequências positivas e negativas das variadas atividades do homem, tanto do passado como do presente, não só para nós, mas também para os outros. A declaração dos direitos humanos também fala do direito à inviolabilidade e à integridade do corpo humano. Vejamos Harvey (2004, p. 326):

A declaração da ONU (Artigos 1 a 10) insiste no direito à dignidade e integridade do corpo e da pessoa política. Isso supõe o direito de estar livre de torturas, prisões, assassinatos e outras coerções físicas que no passado foram aplicadas com frequência para alcançar estreitos objetivos políticos. O direito das mulheres ao controle de suas próprias funções reprodutivas e de viver livres de coerções e da violência (doméstica, cultural e institucionalizada) também tem de estar na base dessa concepção. A violência contra as mulheres e sua subserviência a sistemas patriarcais e paternalistas de dominação tornou-se uma importante questão com respeito à qual são profundamente plausíveis e prementes reivindicações de direitos universais (ainda que com frequência em conflito com reivindicações de autonomia de tradições culturais).

Compete ainda mencionar que no pensamento da geografia cultural atual, os lugares são repletos de signos e simbologias, que muitas das vezes não estão presente em suas paisagens e muito menos no lugar de vivência. Partindo para o caso da MGF esses signos e símbolos estão presente nos corpos femininos e praticamente invisíveis aos nossos olhos humanos. Sendo uma prática que acontece também em tribos nômades, não marca um lugar,

nem um território ou uma paisagem, mas os corpos das mulheres. E para essas culturas a MGF é vista como uma prática cultural, passado de geração para geração, construindo identidades há muitos séculos. Logo a compreensão da paisagem não é suficiente para a geografia cultural, é preciso entender as relações que acontecem além da paisagem. A Geografia humanista cultural, incitada sobretudo pela fenomenologia, vê que é indispensável buscar a compreensão do movimento consciência-para-o-mundo, que é o sentido subentendido na paisagem. Desse modo a MGF, precisa ser vista por essa vertente epistemológica da geografia, que insere o elemento subjetividade para o alcance do real; do mundo vivido, categoria fenomenológica, que orienta a interpretação humanista-cultural. É importante e necessário compreender nesse caso o sentido dado ao/pelo espaço na relação consciência-mundo.

Na geografia cultural esses lugares são a pausa do espaço conforme nos fala Tuan (2013). Vemos que o lugar na perspectiva fenomenológica é dotado de sentimentos e é lhe atribuído a questão do pertencimento. Na MGF existe toda a demanda de sentimento envolvendo a questão, a mulher ao levar suas filhas e netas para a ablação, e até as mulheres que querem fazer, fazem, pois, esse é um modo de se sentirem parte do grupo, da cultura. A MGF para elas traz um sentimento de pertencimento. E quando elas se negam a ablação são excluídas. Assim como Tuan (2013) nos fala que o lugar é pausa, relaciona-se a relação de vínculo do indivíduo para com o lugar, e nesses povos esse vínculo com o lugar se dá também pela MGF. Abordando o espaço como movimento, logo, não se cria vínculos afetivos, justamente por ser fugaz. Na abordagem fenomenológica, hermenêutica as situações das geograficidades, do ser no mundo, das ontologias e simbólicas se fazem presente. Portanto, a cultura se vê liberta de um aspecto circunscrito ao material e em muitos casos com o imaterial.

Parafraseando Pereira (2015), resumidamente sabemos que o espaço é culturalmente construído e percebido, sendo assim, há muitas maneiras de ver essas realidades espaciais, e a cultura é uma dessas formas. Essas pessoas precisam fugir do etnocentrismo de duas formas, a primeira é essas próprias mulheres que precisam saber que essa prática da MGF que são impostas a elas como normas e valores, na verdade não são práticas culturais e sim uma prática violenta. E segundo, essas pessoas precisam estar com o pensamento aberto, para uma nova visão de mundo Meneses (2000). Uma das propostas com base no relativismo cultural para a MGF, seria medicalizar esse procedimento, evitando assim os riscos para a saúde, porém a medicalização não inclui a discussão dos valores morais que estão envolvidos nesses casos. Outro ponto em discussão que a medicina segue o código de ética, em que o bem-estar,

a dignidade, a integridade e a autonomia do paciente são valores primordiais e o intuito da medicina é de cura e prevenção. Corroborando com o que foi falado neste parágrafo Palhares e Squinca (2013, p. 435) aponta:

No caso, os rituais de intervenções genitais, os quais, vistos pela ótica dos extremistas do relativismo cultural, não seriam fundamentalmente distintos de outras práticas classificadas pelos antropólogos como rituais de iniciação, como o uso de brincos, tatuagens, alargamento de lábios e orelhas ou outras modificações corporais. Afinal, mesmo a colocação de um simples brinco na orelha pode resultar em complicações infecciosas e morte.

Contemporaneamente, como já dito, a prática da MGF, migra com as pessoas. Conforme vemos em Gomes et al, (2018) no continente europeu, principalmente em Portugal tem sido um problema atual. Sendo um ataque violento à saúde física e psicológica dessas mulheres. Ademais, é também um crime público, principalmente quando praticada em países cuja proibição é evidente. Logo percebemos que é um problema de todos nós, que cada vez mais percebemos como vivemos em mundo holístico, onde o local envolve o global e vice-versa.

A prática de mudanças no corpo, principalmente feminino, faz parte de várias culturas, do passado até os tempos presentes. No oriente, especificamente na China, por muito tempo houve a prática dos pés de lótus, uma tradição de amarrar os pés apertados com a finalidade de modificar o formato e deixá-los pequenos. As consequências eram ossos quebrados e pés deformados para o resto da vida. Os pés de lótus eram uma questão de status e foram muitos anos na tentativa de conter essa prática (começando com governantes do século XVII, como o líder Hong Taiji, criador da dinastia Qing, instituiu um decreto combatendo a prática em 1636), o fim porém só aconteceu no século XX. Outra prática cultural bem conhecida é o famoso “pescoço de girafa”, que ainda hoje é praticado na tribo Karen, no Norte da Tailândia. As mulheres colocam no pescoço argolas de bronze, para os alongarem, sendo assim, o peso das argolas esmaga seus ombros e fazem com que as costelas sejam comprimidas para baixo. Aos cinco anos colocam o primeiro anel, podendo ao longo da vida chegar até 25. As mulheres que seguem essa técnica, não conseguem manter o equilíbrio do pescoço sem os anéis. E atualmente se tornaram atração turística.

Porém, não precisamos ir muito longe no tempo e nem no espaço, para encontrarmos essas práticas de transformações do corpo feminino, com muitas consequências irreparáveis, podendo levar até a morte. Os noticiários sempre estão mostrando mulheres famosas ou não que morrem vítimas de intervenções cirúrgicas como a lipoaspiração. Que também pode trazer consequências como embolia gordurosa, perfuração de alça intestinal,

tromboembolismo pulmonar, hemorragias etc. E os casos de morte ou complicações por cirurgias plásticas, ou outros procedimentos estéticos, seguem acontecendo. Nos sentimos obrigados a nos encaixar num padrão de beleza imposto por vezes inconscientemente e também conscientemente.

Não conseguimos nos desvincular de tudo que nos rodeia, um exemplo, jeans parece uniforme, se estamos numa fila e observarmos, a grande maioria de homens e mulheres estará usando calça jeans. Calçamos o mesmo tênis, vestimos a mesma roupa, nossos corpos seguem as mesmas tradições, sejam elas visíveis ou não, na maior parte do caso de nossa sociedade capitalista, são padrões de um sistema de produção e consumo de mercadorias, mas também de todo um modo de vida. O que acontece em qualquer cultura, somos membros da manada social, padronizados, robotizados, e quando não seguimos a manada, somos criticados, isolados, abandonados. Queremos segurança na sociedade que fazemos parte, mas desde cedo, assim, como as mulheres que passam pela MGF, ou pés de lótus, ou qualquer outra intervenção no corpo, sofremos desde sempre as cobranças.

A questão da MGF, como nos fala Foucault (2014) ao falar do “corpo dócil”, é uma maneira de disciplinar aqueles corpos femininos. Mutilando e costurando mulheres, para que não tenham relação sexual antes do casamento. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2014, p. 163). E cada cultura tem seus próprios métodos de disciplinar o corpo, a MGF é a maneira que essas culturas fazem isso. Inconscientemente, somos todos moldados pela cultura que nos cerca, por quem está no poder, desde nossos pais, professores até os governantes, “O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2014, p. 164).

Sobre este mesmo assunto em Harvey (2004, p. 122 e 123) vemos que o Conselho executivo da Associação Americana de Antropologia em 1947, apresenta um relatório coletivo para à comissão de Direitos Humanos. Resumidamente aqui, este documento vinha falando da questão mundial do respeito a cultura do outro, que todas as culturas precisavam ser igualmente respeitadas uma de suas preposições era a seguinte “O indivíduo realiza a própria personalidade por meio de sua cultura, razão pela qual o respeito às diferenças individuais envolve o respeito às diferenças culturais” (HARVEY, 2004, p. 123) . Atualmente olhamos para os direitos humanos universais como uma forma importante através do qual a discriminação, as opressões das minorias culturais podem ser diminuídas. Concordando com

Harvey (2004, p. 129): “As contradições e tensões implícitas em tal discussão se evidenciam imediatamente. O direito à diferença confronta a universalidade dos direitos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conseguinte, é irrefutável que todo o corpo seja de qualquer lugar ou tempo, sempre mostra de uma forma ou de outra a cultura a qual o indivíduo está inserido. Percebemos também que o corpo feminino é onde mais está evidente essas questões, a mutilação genital feminina, o pescoço de girafa, o pé de lótus, a lipoaspiração, o silicone, o furo na orelha para colocar o brinco, quando a menina nasce, para deixar claro que é do sexo feminino, “(...) o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações.” (FOUCAULT, 2014, p. 163). Em alguns casos a mulher não tem escolha, o ato é praticado quando ela ainda é criança, como a MGF e o furo para o brinco. Em outros casos, a pessoa é moldada pela cultura em que está inserida é como o pé de lótus. E por vezes a mulher é cobrada pela sociedade como o pescoço de girafa. Direta e indiretamente a mulher é posta para seguir uma cultura imposta, como a cultura da beleza, que a coloca a fazer procedimentos, que podem pôr em risco sua própria vida como a lipoaspiração. Em algumas mentes, um ato não pode ser comparado a outro. A cultura do outro é um absurdo, já a que estamos inseridos é totalmente normal. Porém as formas, os casos, os rituais estão postos em todos os lugares e muitos colocando em risco a saúde e a vida humana. Harvey (2004, p. 140), “nenhum corpo humano é isento de processos sociais e determinações”.

Vendo que os direitos humanos, foi pensado por um grupo, que já se considera superior a outro. Um grupo que causou desordem mundial causando duas guerras mundiais, colocou um continente inteiro para ser escravizado, roubou riquezas de outros povos, destruiu o meio ambiente por onde passou, causou genocídio de povos indígenas, entre outras atrocidades. Como nos fala Bragado (2014, p. 19). Se faz necessário, outros meios para combater a prática da MGF, como leis mais severas onde ela é praticada, como dá visibilidade a questão.

As brutalidades e os horrores do colonialismo, representados nas figuras do genocídio indígena, da escravidão africana, do saque das riquezas dos continentes colonizados e, especialmente, da ideologia do racismo e da intolerância, reproduzida no século XX dentro da própria Europa e responsável por duas guerras de dimensões globais, descortinam a realidade de que a concepção geohistórica dominante dos direitos humanos é uma contradição em si mesma.

A MGF é defendida pelas comunidades que as praticam como tradição, ritual e até cultura. Mas, se trata de uma violência contra o corpo e a vida de milhares de meninas e mulheres, há séculos. Que ficou oculta para o resto do mundo, por muito tempo. Já que a globalização também contribuiu para que a MGF se espalhasse pelo mundo, seguindo esses povos em suas migrações. A globalização, também precisa ser usada para combater essa prática violenta. Principalmente a tornando visível, para todos, por meio das redes sociais, programas de televisão, o tema necessita ser publicado e discutido em livros, artigos, teses, etc.

Outra forma de combater a MGF é usando documentos já prontos, como a Declaração Universal dos Direitos humanos. Ou fazer conforme o Sudão, que o Conselho Soberano aprovou uma lei proibindo, e segundo a ONU nove de cada dez mulheres sofriam a MGF no país. Buscar por leis nacionais nos locais que já se tem conhecimento que a mutilação existe. E acima de tudo fazer cumprir essas leis, cobrar, denunciar. Também temos a nosso favor a conscientização através da educação. Como está fazendo a Guiné-Bissau, que está conseguindo erradicar a MGF, com a escolarização da população, e principalmente das mulheres, ademais desde 2011 também é crime a prática no país. Sendo a MGF considerada uma prática cultural, o processo para combater-la é longo, mas tem alcançado sucesso, também em Senegal, com campanhas de conscientização.

Cabe retornar que a MGF é uma crença tradicional, cultural e religiosa, para as comunidades que seguem o costume. Sendo assim, difícil proibir ou punir, pois se trata de um longo processo de conscientização, contra um discurso já posto há milênios. Muitas mulheres querem passar pela MGF, por terem medo de serem excluídas das comunidades, não conseguir casar, por querer ser igual as amigas que já fizeram. Também se faz necessário focar mais nos países que concentra o número de casos, como o Egito, Etiópia e Indonésia, segundo o relatório da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) metade da MGF acontece nesses três países.

No mundo moderno, inserido no capitalismo, os corpos também se tornam mercadorias, temos como exemplo as modelos e jogadores de futebol. Será que é vendido seu trabalho ou seu corpo? “O capital se empenha continuamente em moldar os corpos de acordo com seus próprios requisitos” (HARVEY, 2004, p. 157). É evidente que em todas as nossas escolhas estamos fundados na sociedade e cultura que vivemos e indivíduos que somos ou pretendemos ser. A questão da Mutilação Genital Feminina é um problema de todos nós como seres humanos e precisa ser resolvida. Respeitando a Declaração Universal dos Direitos

Humanos. Nós produzimos o espaço que nos reproduz, ou seja, se torna uma dialética, pois a MGF é uma prática de séculos, baseada em explicações que decorrem dos mitos, que acabam se tornando um meio para formalizar a dominação, a imposição, a subordinação ao corpo do outro e que nos dias atuais devido a globalização da informação possibilita o encontrando com outras culturas e gêneros de vida e que provocam a indignação com relação a essa prática, pois não deixa de ser uma atividade vista como cultural, porém baseado na violência como meio para a realização. E lembrando sempre que a nossa maior guerra é contra os discursos fanáticos que nos pregam desde que nascemos.

REFERÊNCIAS

A DIFÍCIL LUTA contra a mutilação genital feminina. Disponível em: < [A difícil luta contra a mutilação genital feminina | Notícias internacionais e análises | DW | 06.02.2020](#)>. Acesso em: 22/02/2021.

ANTUNES, Amanda. **Mulheres Girafas: tudo sobre a tribo Karen no norte da Tailândia**. Disponível em: <<https://prefiroviajar.com.br/mundo/mulheres-girafa-karen-long-neck-villages-tailandia>>. Acesso em: 01 out. 2020.

BARREIROS, Isabela. Pé de lótus: Mulheres chinesas fraturavam os próprios pés para conseguir casas. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-pe-de-lotus-quando-mulheres-chinesas-fraturavam-os-proprios-pes-para-casar.phtml>>. Acesso em: 01 out. 2020.

BRAFADO, Fernanda Frizzo. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições das descolonialidade. **Revista Novos Estudos Jurídicos - Eletrônica**, Vol. 19 - n. 1 - jan-abr 2014.

CAETANO E BESSE. Reflexões na Geografia cultural: A materialidade e a imaterialidade da cultura. **Soc. & Nat**, Uberlândia, ano 23 n. 3, 453-466, set/dez. 2011.

COELHO, Penélope. A saga de Waris Dirie. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/a-saga-de-waris-dirie-apos-sobreviver-graves-mutilacoes-sua-historia-rendeu-um-emocionante-filme.phtml>>. Acesso em 19 set. 2020.

DIREITOS HUMANOS atos internacionais e normas correlatas. **Direitos Humanos**. – 4a ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

DIRIE, W.; MILLER, C. **Flor do deserto**. Editora Hedra; 1ª Edição, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Editora Vozes. 2014.

GOMES, MARQUES, REVILLA e RAPOSO. Mutilação genital feminina: uma prática antiga, um problema atual. **Rev Port Med Geral Fam**, 2018;34:420-4.

GUINÉ-BISSAU: **Investir na educação para erradicar a mutilação genital feminina**. Disponível em: < [Guiné-Bissau: Investir na educação para erradicar a mutilação genital feminina | NOTÍCIAS DW | 06.02.2018](https://www.dw.com/pt/news/guine-bissau-investir-na-educacao-para-erradicar-a-mutilacao-genital-feminina)>. Acesso em: 22 fev. 2021.

HARVEY, DAVID. **Espaços de Esperança**. São Paulo, Loyola, 2004.

MENESES, Paulo. Etnocentrismo e relativismo cultural algumas reflexões. **Síntese**, Belo Horizonte. V. 27, n. 88, 2000. Págs 245 – 254.

MINER. Horace. **Ritos corporais entre os naricema**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/364413/mod_resource/content/0/Nacirema.pdf.>. Acesso em: 02 fev. 2021.

ONU: **mitos e fatos sobre a Mutilação Genital Feminina**. <<https://news.un.org/pt/story/2019/02/1658751>>. Acesso em: 18 set. 2020.

ONU. **Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-marca-dia-internacional-da-tolerancia-zero-a-mutilacao-genital-feminina/>>. Acesso em: 18 set. 2020.

PALHARES e Squinca. Os desafios éticos da mutilação genital feminina e da circuncisão masculina. **Rev. bioét. (Impr.)**. 2013; 21 (3): 432-7.

PEDROSA. O império da representação: a virada cultural e a geografia. **ESPAÇO E CULTURA**, UERJ, RJ, N. 39, P.31-58, jan./jun. de 2016.

PEREIRA. A produção do espaço: geografia e relativismo cultural. **Élisée, Rev. Geo. UEG – Anápolis**, v.4, n.1, p.171-188, Jan./jun. 2015

TUAN. **Espaço e Lugar**. A Perspectiva Da Experiencia. EDUEL; 1ª Edição,1905.

UNICEF: 200 milhões de mulheres sofreram mutilação genital feminina. Disponível em: <[Unicef: 200 milhões de mulheres sofreram mutilação genital | Notícias internacionais e análises | DW | 05.02.2016](https://www.dw.com/pt/news/unicef-200-milhoes-de-mulheres-sofreram-mutilacao-genital-feminina)>. Acesso em: 02 fev. 2021.

Filmografia

Flor do deserto. Direção de Sherry Hormann. Reino Unido, Áustria, Alemanha, 2009.(2 hs).

Artigo recebido em: 13 fevereiro de 2021

Artigo aceito em: 01 de março de 2021.

Artigo publicado em: 12 de março de 2021.